

## Biopoder e o desenvolvimentismo brasileiro: breves apontamentos

**HELDER FELIX PEREIRA SOUZA**\*

**Resumo:** Este artigo ensaia uma breve análise discursiva do texto “Um Projeto para o Brasil”, de Celso Furtado, juntamente com o contexto em que a obra se insere e para a qual ela analisa: o período marcado pelo nacional-desenvolvimentismo brasileiro (meados da década de 50 e 60). Destaca-se como ponto importante o período JK (1956 a 1961) no qual o desenvolvimentismo será exacerbado em que o Estado passa a confundir-se com uma grande corporação para melhor gerenciar suas estruturas e consequentemente o corpo populacional como um todo. Neste sentido, abre-se um capítulo que discutirá brevemente a perspectiva biopolítica dessa “economização do corpo populacional”, que se utiliza dos discursos e práticas econômicas para otimizar e administrar o Estado e assim como os sujeitos inseridos na população. Por fim, sob a perspectiva biopolítica, provoca-se uma crítica ao período desenvolvimentista brasileiro como um período que inseriu de vez a biopolítica, como tecnologia primária do poder para gerenciar não só as estruturas do Estado, mas também para controlar e gestionar os indivíduos e a população como um todo.

**Palavras-chave:** Período JK; Celso Furtado; poder; gerência; população.

**Abstract:** This article attempts a brief analysis of the discursive text "A Project for Brazil", Celso Furtado, along with the context in which the work takes place and for which it analyzes: the period marked by the Brazilian national developmentalism (the mid 50 and 60). Stands out as the important point JK period (1956-1961) in which developmentalism will be exacerbated in which the state will be confused with a large corporation to better manage their facilities and therefore the body population as a whole. In this sense, it opens an chapter will discuss the prospect of biopolitics "economization of the body of population", which uses the speeches and economic practices to optimize, manage and gestate the state and also the subjects included in the population. Finally, from the perspective of biopolitics brings up a critical developmental period the Brazilian as they entered a period of time as technology biopolitics primary power to manage not only the state structures, but also to monitor, manage individuals and the population as a whole.

**Key words:** JK period; Celso Furtado; power; management; population.



\* **HELDER FELIX PEREIRA SOUZA** é Mestrando em Filosofia, Teoria e História do Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) sendo bolsista da Capes. Graduando em Filosofia pela UFSC.

## O desenvolvimentismo brasileiro e o projeto do Brasil: breves passagens

Importante destacar que o recorte feito neste artigo recai sobre o período do governo de Juscelino Kubitschek<sup>1</sup>, que abrange de 1956 a 1961, haja vista ter sido este o momento em que o Brasil teve uma desenfreada guinada e inserção no espírito desenvolvimentista brasileiro: a destacar o plano de metas do seu governo, que moldará e alterará toda a estrutura política-econômica-social-cultural brasileira até hoje (LAFER, 2002).

Nesta visão, o plano do governo JK implica em uma extrema racionalização do Estado, que traça e delimita seus objetivos e métodos, executando-os na tentativa de obter os máximos resultados com os mínimos gastos possíveis. É um plano que mostra os problemas do Brasil (principalmente de caráter econômico-social), destacando a condição atual do país, elaborando respostas e projetando soluções exequíveis para erradicar o problema e obter o crescimento do Estado, conforme é apresentado na “Mensagem ao Congresso” (KUBITSCHCK, 1956, T-1) enviada por Juscelino no início de seu governo.

Deste modo, cabe ressaltar neste período a importante influência do economista Celso Furtado<sup>2</sup> que, compartilhando do mesmo

<sup>1</sup> Juscelino Kubitschek de Oliveira (1902 – 1976): foi presidente do Brasil de 31 de Janeiro de 1956 a 31 de janeiro de 1961, cujo governo foi marcado por uma forte política nacional-desenvolvimentista pautado no seu plano de metas que estabelecia um crescimento para o Brasil de ‘50 anos em 5’, traduzindo-se, sobretudo, no crescimento industrial.

<sup>2</sup> Celso Monteiro Furtado (1920 – 2004): Desenvolvimentista, progressista e reformista, foi um economista brasileiro e um dos mais destacados intelectuais do país ao longo do séc. XX. Fez parte da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), dirigiu a SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), auxiliou a política desenvolvimentista brasileira no período JK, escreveu a importante obra *Formação Econômica do Brasil*, dentre outras atuações importantes.



espírito de época do período JK, contribuiu enormemente para o seu governo.

É neste sentido que o período desenvolvimentista brasileiro, de meados da década de 50 e início de 60, será pautado por uma política de desenvolvimento com o intuito de fundar as bases para o crescimento econômico e cultural do país, na tentativa de tirá-lo da situação de país agro-exportador e pobre, tornando-o industrializado e exportador de bens manufaturados. Retirando assim, o Brasil de sua dependência econômica externa e alinhando-o como uma potência capitalista de país ‘desenvolvido’ (FURTADO, 1966).

Todavia, vale destacar que esta guinada brasileira, influenciada pelo período JK e por seus técnicos de governo, insere integralmente o Brasil em um projeto de racionalização governamental. Característica esta da racionalidade utilitária e pragmática do liberalismo e consequentemente do neoliberalismo da época. Pois o Estado, ao adotar preceitos de gestão empresarial em suas funções, tais como a otimização e eficiência gerencial, sistematizando e organizando

suas estruturas para obter os melhores resultados em relação ao crescimento e desenvolvimento integral do país, com elevada importância à economia (FURTADO, 2005), alinha-se aos esquemas de funcionamento de uma grande corporação, pautada, sobretudo, pelas exigências do mercado.

Esta perspectiva está presente tanto nas obras quanto nas práticas de Celso Furtado, sobretudo em seu texto *Um Projeto para o Brasil*, escrito em 1968, em que o autor pretende analisar a política econômica brasileira e identificar as causas profundas da paralisia do nosso sistema econômico, buscando soluções para os problemas, como uma tentativa de tirar da lama uma grande e necessária empresa: o Estado brasileiro.

Deste modo, Furtado, logo na introdução de sua obra (1968, p.13), constata que a economia brasileira após decênios de rápido crescimento, ao impulso substitutivo de importações (anos quarenta, 7%; anos cinquenta, 9%; no período JK – 1956 a 1960, 11%; e no período pós-jk, 1962 a 1967, menos de 2%) quando parecia haver reunido condições para autogerar o seu desenvolvimento, foi afetada por uma paralisia que estava transformando o decênio de 1960 em uma das mais prolongadas da história econômica moderna brasileira.

Ele afirma também que as causas para a paralisia na década de 60 são complexas e estão enraizadas na estrutura do sistema econômico do país, sendo que o principal objetivo para erradicá-la seria uma ação global, exercida por um conjunto de frentes articuladas, para assegurar a reversão das tendências paralisantes. Isto, juntamente com o apoio da opinião pública e a participação efetiva da população.

Após estas constatações, parafraseadas de uma forma geral acerca das ideias de Furtado presentes em seu ensaio, o

pensador destaca cinco hipóteses bases que ditam as diretrizes necessárias para superar aquela estagnação:

1) Existe deformação estrutural que se traduz no perfil da demanda global, sendo responsável pela lenta penetração do progresso tecnológico em nossa economia e pela escassa difusão dos frutos dos aumentos de produtividade. (...) Deve-se elevar as taxas de poupança e investimento (modificar o perfil da demanda);

2) A estrutura agrária constitui a segunda face deformada do sistema econômico do país. **Há desperdício de mão-de-obra e baixa eficiência no uso do capital, implícitos na organização da nossa agricultura. Deve-se elevar a curto prazo o nível de vida da população rural que vive em extrema miséria, pois isto implica em obstáculo à elevação da produtividade no setor agrícola.** Deve haver um ataque ao latifúndio já beneficiadas pelo moderno sistema de transportes.

3) A grande empresa, que trabalha com preços administrados e está em condições de, só ou articulada com algumas outras, comandar as decisões econômicas em setores quase sempre importantes, exerce função de direito público sob a cobertura de entidade privada. Deve-se identificá-lo e controlá-lo e legitimá-lo;

4) Integrar o setor industrial com as correntes de exportação do país como condição necessária para elevar a taxa de crescimento da economia. Deve-se mudar as estruturas de preço, exigindo um metucioso estudo de suas repercussões na repartição da renda, ponto nevrálgico de toda a estratégia daqui.

5) **Por fim, a questão ao problema do investimento no fator humano e especificamente da pesquisa científica e tecnológica.** (FURTADO, 1968, p.15 a 17)

Estas diretrizes básicas denotam a situação econômica do país ao mesmo tempo em que se buscam soluções para as mesmas. Nada de anormal na visão de um teórico/prático da economia como Celso Furtado. No entanto, o mais importante aqui é destacar a racionalidade-objetiva de suas análises utilitárias, com destaques para sua linguagem discursiva que utiliza terminologia da ciência econômica, tais como “desperdício”, “baixa eficiência”, “produtividade”, etc.

Estes termos econômicos inseridos nos discursos e levados nas práticas políticas denotam o espírito de época, seja ele o de influência liberal e posteriormente neoliberal, em que o Estado passa a se moldar pelas regras de mercado, passando a agir para melhor concretizar a sua racionalidade, ou seja, a sua lógica de funcionamento.

Assim, é comum a utilização dos termos da economia adaptados ao universo político e social para resolver os problemas do país, estendendo-se suas análises e práticas ao governo das pessoas assim como de toda população. Isto fica mais evidente ao retomarmos a frase do respectivo autor destacadas em negrito, que envolve, para solucionar os problemas do Brasil, a questão da “mão-de-obra”, a da “população rural” e, noutro trecho, da importância do “investimento no fator humano”.

Percorrendo a obra do autor é comum encontrar passagens que relacionam soluções dos problemas do Brasil e a vinculação da população brasileira como um objeto da ciência econômica. A necessidade de controle econômico e otimização da qualidade populacional entrecruza-se, destacando seu inevitável emparelhamento no conceito que Furtado concebe como desenvolvimento: “não é uma simples questão de aumento de oferta de bens ou de acumulação de capital, possui ele um sentido, é um conjunto de

respostas a um projeto de autotransformação de uma coletividade humana.” (FURTADO, 1968, p.19)

Com estas passagens abordadas brevemente percebe-se que Furtado, como um agente governamental<sup>3</sup>, preocupa-se em melhor solucionar os problemas do Brasil, implicando em, além de mexer na economia, alterar também a coletividade, ou seja, inserir a população como parte disposta em um cálculo econômico.

Cálculo este que se assemelha aos utilizados nas empresas em seu processo de racionalização e otimização da produção, mas que no caso é o Estado valendo-se destas práticas. Furtado já indica no fim do seu ensaio que tanto o Estado quanto as grandes empresas se confundem no modo de operação:

[...] na medida em que as empresas atuam conforme as diretrizes de um plano governamental se assemelham a agentes do governo [...] Uma segunda face desse mesmo problema se relaciona com o poder que têm as empresas para condicionar o comportamento das massas consumidoras. (1968, p.81)

Para constatar uma consequência prática deste tipo de operação governamental basta que lancemos olhares sobre a criação da SUDENE<sup>4</sup> em que irá atuar diretamente

<sup>3</sup> Mesmo que na época em que escreveu o respectivo ensaio Furtado não estivesse exercendo cargo público, mas o importante é que antes havia exercido inúmeras funções públicas cuja finalidade era resolver sérios problemas do Brasil principalmente o econômico e o da desigualdade, envolvendo para isso a gestão e otimização da função governamental, basta para isso observar a sua atuação na SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste).

<sup>4</sup> SUDENE (Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste): criada pela lei 3.692 de dezembro de 1959 substituiu o velho departamento de obras contra a seca. Foi uma forma de intervenção do Estado no Nordeste, com o objetivo de promover e coordenar o desenvolvimento na região. Com população de 35

Celso Furtado como Superintendente (um novo órgão vinculado diretamente à presidência da república) a fim de criar planos e práticas para o desenvolvimento econômico e social do nordeste. Estes planos se pautavam em investimentos em transportes, aumento da capacidade energética, o aproveitamento de recursos humanos, da mão-de-obra da população local, e a reestruturação da economia rural, além dos objetivos de industrialização e colonização do Maranhão. Um tipo de empreendimento desenvolvimentista que tenta aliar a eficiência racional da gestão empresarial aos interesses do mercado, sob a ideia do progresso da região mais atrasada do país.

Percebe-se assim, que tanto nos discursos quanto nas práticas dos agentes do governo, preocupados com a questão do desenvolvimentismo brasileiro, procura-se resolver os problemas de uma maneira extremamente racional e objetiva. Utilizando-se para isto de cálculos eficientes, cujos maiores influenciados neste esquema, mesmo que apareçam abstratamente nos discursos econômicos, são os indivíduos e a população brasileira, em que os corpos individual e populacional acabam diretamente envolvidos nestes cálculos econômicos elaborados pelos agentes dos poderes políticos.

### A questão do Biopoder

Resgatando o conceito de biopoder do pensador Francês Michel Foucault, sobretudo em sua importante obra *A História da Sexualidade, I, A Vontade de Saber* (2006), cujo termo se desenvolve

---

milhões de habitantes, correspondendo a 30% da população brasileira, cuja desigualdade social era drástica, o respectivo órgão foi criado para diminuir as diferenças entre o Nordeste e o Sul-Sudeste. No entanto o empreendimento falhou, pois os padrões de miséria foram mantidos, as migrações não cessaram e a concentração de renda não mudou.

em um momento da história em que o poder passa a se preocupar com a vida<sup>5</sup> inserindo-a em sua necessidade de administração, implicando, sobretudo, em um poder exercido sobre a vida. Assim, a política governamental passa gerenciar utilitariamente indivíduos e a população, buscando, sobretudo na estatística, a melhor forma de se obter melhores desempenhos na gestão e na organização, por exemplo, do território, da mão-de-obra, da saúde, educação, etc.

Poder este que, na constatação de Foucault, manifesta-se ao menos em dois pólos: inicialmente no século XVII, preocupando-se com a vida dos indivíduos no intuito de disciplinar e adestrar os corpos, cujo pensador francês denominará de poder disciplinar, implicando em formar corpos dóceis para exercerem certas funções, como o trabalho nas fábricas, por exemplo; e outro tipo de poder, já em meados do séc. XVIII, ocupando-se da vida como espécie, ou seja, a população, chamando-a de biopolítica, preocupada em gerenciar a massa populacional inserida em determinados territórios, para ter um melhor controle sobre a reprodutibilidade, como na estatística de nascimentos e óbitos, por exemplo. Assim diversos procedimentos e técnicas foram sendo criados para sujeitar corpos e controlar populações:

A instalação - durante a época clássica, desta grande tecnologia de duas faces - anatômica e biológica, individualizante e especificante, voltada para os desempenhos do corpo e encarando os processos da vida - caracteriza um poder cuja função mais elevada já não é mais matar, mas investir sobre a vida, de cima a baixo. A velha potência da morte em que simbolizava o poder soberano é agora, cuidadosamente, recoberta pela

---

<sup>5</sup> Vida será abordada neste artigo em sentido biológico.

administração dos corpos e pela gestão calculista da vida. (FOUCAULT, 2006, p.152).

Desta maneira, percebe-se uma grande inversão no trato político da vida: antes, o soberano, como aquele quem decide sobre a vida e a morte dos seus súditos, preocupava-se em fazer morrer ou deixar viver quem afrontasse suas leis, manifestando assim o seu poder de gládio; contudo, durante o séc. XVII passa a preocupar-se não mais com este fausto mortífero, mas sim com a vida, ou seja, em fazer viver ou deixar morrer.

Assim, a prática de governo passa por uma profunda mudança em sua tecnologia de poder passando a ocupar-se diretamente da vida, disciplinando-a individualmente e administrando-a biopoliticamente, moldando o corpo individual-populacional; características estas deste novo biopoder:

[...] foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos. (FOUCAULT, 2006, p.153).

É evidente no pensamento de Foucault que a questão do biopoder, seja em sua forma anátomo-política, de adestramento disciplinar do corpo como máquina, seja na biopolítica do corpo como espécie, entrecruza-se com o contexto das necessidades de desenvolvimento do capitalismo europeu. As fábricas passam a necessitar de corpos disciplinados para o seu trabalho; as escolas reúnem diversos ofícios que adestram os indivíduos; a população crescente faz o Estado, através de suas instituições, interessar-se pela questão do nascimento e da mortalidade, passando a investir em previdências, saúde, organização territorial, etc.

Isto implica na necessidade de certa intervenção estatal justificada como uma razão de estado que implica em uma arte de governar devendo “[...] estabelecer suas regras e racionalizar suas maneiras de fazer [...] para que o Estado possa se tornar sólido e permanente, que possa se tornar rico [...]” (FOUCAULT, 2008, p.6). Torna-se importante para esta realização governamental a gerência total de seus recursos, cuidando da estrutura, do desenvolvimento das instituições, do Estado, da mão-de-obra, da questão da pobreza, desigualdade social, etc., inserindo-se aí principalmente uma gestão eficiente do fator humano, ou seja, dos corpos individuais e populacionais.

Em suma, esta nova manifestação do poder político, agora passa a se preocupar com a vida das pessoas e a gerência das populações, utilizando-se para melhor gerir “mecanismos disciplinares e mecanismos regulamentadores” (FOUCAULT, 2005, p.300), atuando diretamente no corpo dos indivíduos, adestrando-os, e diretamente no corpo social, moldando padrões populacionais ótimos para o fim desejado por este tipo de governo dos corpos.

É relevante neste momento destacar a importância dada pela biopolítica ao trato racional-objetivo da vida, sendo uma forma de mecanismo instrumental capaz de analisá-la, regulá-la e guiá-la. O mais importante aqui é destacar essa extrema racionalidade na gestão governamental e uma íntima relação com o processo do desenvolvimentismo brasileiro que, se não imediatamente, mas no mínimo de modo mediato, implica em “[...] distribuir os vivos em um domínio de valor e utilidade. Um poder dessa natureza tem de qualificar, medir, avaliar, hierarquizar [...]” (FOUCAULT, 2006, 157).

Se retornarmos ao ponto anterior deste texto, voltado às breves análises discursivas do ensaio de Celso Furtado,

perceberemos ligeiramente que há de algum modo a inserção dos indivíduos e da população em partes do seu projeto para o Brasil a fim de resolver nossos problemas estruturais econômicos, típicos de uma ótica estatal nacional-desenvolvimentista do período Kubitscheck. Um tipo de gerenciamento, como Foucault exemplifica, que vai se preocupar, não só com a questão econômica, mas também com a sua relação com a questão da vida, inserindo de vez a vida na política.

### Considerações finais

O nacional-desenvolvimentismo da época JK, com seus discursos e práticas progressistas e desenvolvimentistas, elabora planos e projetos utilitários, típicos de um contexto marcado pelo mercado e o intervencionismo estatal, presente na obra de Furtado; insere a vida das pessoas em suas massas populacionais alimentando seus cálculos e projeções de ótimos econômicos com a pretensão de melhorar e desenvolver o país.

Este tipo de gestão denota que a vida biológica se inseriu na prática política governamental: preocupa-se, de modo utilitário, com uma racionalização das coisas envolvendo, conseqüentemente, uma melhor gerência da vida como mero corpo biológico. Ao destacar o desenvolvimento econômico do país e a sua necessidade de crescimento, diretamente envolve-se neste discurso e nesta prática o agenciamento dos corpos individuais e populacionais. A utilização da população para efetivar o plano desenvolvimentista brasileiro evidencia o funcionamento da biopolítica: a preocupação de fazer vida implica em criar a base para gerenciá-la, e esta base se dá primeiramente com a sua 'economização'.

O fato é que a vida está cada vez mais inserida nas tutelas e discussões do poder governamental ao ponto de controlá-la, gerá-la e moldá-la. Através dos discursos e práticas economicistas e desenvolvimentistas, o Estado e as instituições reforçaram o ingresso da vida na política como mero corpo biológico. Isto reflete que o biopoder naquele período da década de 50 e 60 se potencializava no Brasil alargando e fixando a sua presença por grande parte do seu território.

### Referências

- BRASIL, Congresso Nacional. **Lei 3.692 de dezembro de 1959. Institui a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L3692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3692.htm) Acesso em: 21/10/2011.
- FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil.** SP: Ed. Companhia Editora Nacional, 2005.
- FURTADO, C. **Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina.** 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- FURTADO, C. **Um Projeto para o Brasil.** RJ: Ed. Saga, 1968.
- FOUCAULT, M. **Em Defesa da Sociedade.** São Paulo: Editora Martins Fontes, 2005.
- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade 1. A Vontade de Saber.** São Paulo: Editora Graal, 2006.
- FOUCAULT, M. **Nascimento da Biopolítica.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- KUBITSCHECK, J. O. **Mensagem ao Congresso Nacional.** RJ: 1956. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1338/contents.html> Acesso em: 20/10/2011.
- LAFER, C. **JK e o Plano de Metas.** SP: Ed. FGV, 2002.
- SILVA, S. B. **50 anos em 5: o Plano de Metas.** Artigo disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/PlanodeMetas> Acesso em: 25/10/2011.